

**HABEAS CORPUS Nº 532.469 - SP (2019/0270191-1)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DANIEL LEVI MACHADO**  
**ADVOGADO : DANIEL LEVI MACHADO - PR059949**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : WESLEY GALEANO CAMILO DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de WESLEY GALEANO CAMILO DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 27):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - EXCESSO DE PRAZO - INOCORRÊNCIA - ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que o ora paciente foi preso preventivamente pela prática do delito tipificado no art. 33 c/c o art. 40 da Lei 11.343/2006.

No presente *habeas corpus*, o paciente sustenta, em síntese, ausência de fundamentação idônea apta a ensejar a prisão preventiva e excesso de prazo da custódia cautelar.

Requer, liminarmente, que seja reconhecido o excesso de prazo e que a prisão preventiva do ora paciente seja revogada ante a ausência de fundamentação idônea.

Na origem a ação penal n. 1501363-12.2018.8.26.0294, encontra-se em fase de instrução, consoante informações disponibilizadas no *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 20/11/2019.

A liminar foi indeferida (fls. 54/55).

As informações foram prestadas (fls. 140/153).

O Ministério Público Federal ofertou parecer manifestando-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*; se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 132/137).

Na origem, a ação penal nº 1501363.12.2018.8.26.0294, oriunda da 2ª Vara do Foro de Jacupiranga, encontra-se em fase de instrução e julgamento, consoante informações processuais eletrônicas disponibilizadas no *site* do Tribunal *a quo*, consultadas em 22/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a

medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que decretou a prisão preventiva do ora paciente, restou assim fundamentada (fls. 113/114):

Inicialmente, deixo de realizar a audiência de custódia nestes autos em face da inobservância do contido no Comunicado Conjunto nº 1292/2016 pela Autoridade Policial que deixou de providenciar a distribuição do Flagrante no prazo estabelecido, conforme certidão da serventia deste Juízo (p. 59).

Presentes os requisitos legais, HOMOLOGO o flagrante de MAYCON SALOMONI VICENTE, ADILSON DA SILVA SANTHIAGO, WENDER MACIEL DA SILVA e WESLEY GALEANO CAMILO DA SILVA, pois formalmente em ordem.

A prisão em flagrante deve ser convertida em prisão preventiva.

No caso dos autos, a materialidade delitiva e os indícios de autoria encontram-se demonstrados pelas provas coligidas em solo policial, em especial pelo auto de exibição e apreensão, auto de constatação preliminar de substância entorpecente, laudo pericial e pelos depoimentos dos policiais.

Consta nos autos que no dia 13 de setembro de 2018, às 10h15min, na Rodovia Régis Bittencourt, km 525, norte, no Município de Barra do Turvo/SP, os **autuados transportavam 11,850 kg da substância Cannais Sativa L, vulgarmente conhecida como maconha, do tipo "skunk", em desacordo com determinação legal e regulamentar (Portaria 344/1998 Anvisa e Lei 11.343/2006) - cf. Auto de Exibição e Apreensão e Auto de Constatação Provisória de Droga, advindas de Foz do Iguaçu/PR com destino à São Paulo/SP.**

A equipe policial realizava patrulhamento pelo local, quando abordou os autuados ADILSON e WENDER no veículo Chevrolet/Classic, no qual, em vistoria, os policiais encontraram a droga acima, oculta no interior das 4 (quatro) portas, no porta-malas e na parte de trás dos bancos. **Os autuados confirmaram aos policiais a autoria do crime e relataram que os autuados MAYCON e WESLEY, ocupantes do veículo Honda/Civic, atuavam como "batedores", aderindo à conduta dos demais autuados. Também identificou o veículo batedor, deu ordem parada, sendo necessária perseguição, após o que o condutor do referido veículo estacionou no acostamento e os autuados foram presos. O autuado Wesley tentou se desfazer dos celulares que portava, os quais, todavia, foram localizados pelos policiais.**

O crime imputado aos indiciados é equiparado a crime hediondo e apenado com pena privativa de liberdade superior a quatro anos.

**A gravidade em concreto é extraída da quantidade de substância entorpecente apreendida.**

Ademais, trata-se de imputação da prática de crime de grave, qual seja, tráfico de entorpecentes, o qual fomenta a prática de outros crimes, como o tráfico de armas de fogo e a lavagem de dinheiro, levando inúmeras pessoas ao vício,

impondo-se a custódia provisória do indiciados para garantia da ordem pública, sob pena, inclusive de desprestígio para a Justiça e de, em liberdade, os reus tornarem a delinquir, o que seria pernicioso à comunidade local.

Pelos mesmos fundamentos, observo não ser viável a substituição da prisão preventiva por nenhuma das hipóteses listadas no art. 319 do Código de Processo Penal.

**Diante do exposto, por entendê-la necessária à garantia da ordem pública, visto que insuficiente sua substituição por alguma das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, CONVERTO a prisão em flagrante de MAYCON SALOMONI VICENTE, ADILSON DA SILVA SANTHIAGO, WENDER MACIEL DA SILVA e WESLEY GALEANO CAMILO DA SILVA em preventiva, com esteio no art. 312 do CPP.**

Como se vê, apontou-se, no decreto prisional, fundamento idôneo, consubstanciado na quantidade de drogas apreendida qual seja - **11,850 kg de maconha** -, e na tentativa de fuga, tendo o Juízo destacado que *os autuados MAYCON e WESLEY, ocupantes do veículo Honda/Civic, atuavam como "batedores", aderindo à conduta dos demais autuados. Também identificou o veículo batedor, deu ordem parada, sendo necessária perseguição, após o que o condutor do referido veículo estacionou no acostamento e os autuados foram presos.*

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Esta Corte Superior entende majoritariamente que a tentativa de fuga no momento da abordagem policial, após a prática criminosa, inclusive com resistência física, perseguição em alta velocidade, e troca de tiros com agentes policiais, são circunstâncias fáticas que justificam a prisão preventiva. Conforme os seguintes precedentes: RHC 71.563/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 9/8/2016; HC 398.318/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 29/8/2017; HC 403.269/SP, Rel. Ministro NEFI

CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 1/12/2017; RHC 74.131/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, o paciente foi preso no dia 13/9/2018 e a denúncia recebida em 21/1/2019. A oitiva de testemunhas e os interrogatórios foram realizados por cartas precatórias, bem como, foram apreciados diversos pedidos de liberdade provisória, como em 1º/4/2019, 21/5/2019, 12/8/2019, contando a ação penal com 4 réus.

Como se vê, apesar de a manutenção da custódia cautelar perdurar desde 13/9/2018, não se revela desproporcional a segregação provisória diante da pena em abstrato dos delitos a ele imputados na denúncia.

É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Não evidenciada mora estatal em ação penal em que a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida.

Sendo assim, não se denota ilegalidade apta a ensejar reparação por esta Corte Superior.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator